

Desemprego: Fator de exclusão ou de conflito?

Lídia Fernandes

Resumo

A mobilização de pessoas desempregadas tem sido considerada um fenómeno altamente improvável. Os argumentos que suportam essa linha de análise podem ser resumidos em quatro categorias: ausência de identidade comum, aposta em estratégias individuais de sobrevivência, fragilidade de recursos e estigmatização pública. Nenhum destes argumentos é irrelevante e basearam-se numa sólida tradição de pesquisa em torno do conceito de exclusão, mas não esgotam as possibilidades de abordagem ao problema. Estudos de cariz histórico revelaram a existência de experiências de ação coletiva de pessoas desempregadas (mesmo que esporádicas e até marginais) ao longo dos últimos dois séculos, em contextos nacionais distintos e com intensidade variável. Com base nestes estudos e numa investigação em curso¹, é apresentado um modelo de análise para o problema da ação coletiva de pessoas desempregadas em contexto português, situando-o num plano conflitual e no tempo histórico em que vivemos.

PALAVRAS CHAVE: ação coletiva, pessoas desempregadas, políticas conflituais.

Abstract

The mobilization of the unemployed has been considered a highly improbable phenomenon. The reasonings that support this line of analysis can be summarized in four categories: absence of common identity, investment in individual strategies of survival, lack of resources and public stigmatization. Based on a solid tradition of research on the concept of exclusion, none of these arguments is irrelevant but do not exhaust the possibilities of approaching the problem. Historical studies revealed the existence of experiences of unemployed people collective action over the past two centuries (even if occasional or marginal), in different national contexts, and with varying intensity. Based on these studies and on research underway², is presented an analytical framework for the problem of unemployed people collective action in the Portuguese context, placing it on a conflictual dimension, and in the historical period in which we live.

KEY WORDS: collective action, unemployed, contentious politics.

¹ Projeto *Acção coletiva de pessoas desempregadas* (Bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Entidade de Acolhimento – DINÂMIA'CET – IUL. Tese de Doutoramento em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.) E-mail – lidiacanha@gmail.com

² Project *Collective Action of unemployed* (Fellowship funded by the Foundation for Science and Technology. Entity Host - DINÂMIA'CET – IUL. Doctoral Thesis in Sociology - Labour Relations, Social Inequalities and Trade Unionism, in Faculty of Economics of Coimbra University.) Email- lidiacanha@gmail.com

Intrdução

Durante muito tempo, a mobilização de pessoas desempregadas foi considerada um fenómeno altamente improvável (Baglioni et al., 2008; Chabanet e Faniel, 2012). Os argumentos que suportam essa linha de análise podem ser resumidos em quatro categorias (Chabanet e Faniel, 2012: 2):

As pessoas desempregadas estariam privadas de uma identidade comum, encarada como uma condição indispensável para qualquer ação coletiva;

A sua posição, mais do que motivá-las para assumir uma situação (a de desemprego) da qual gostariam de escapar, iria encorajá-las a se envolver em estratégias individuais de sobrevivência;

A fragilidade dos seus recursos (financeiros, culturais, e mesmo em termos de redes sociais) seria um obstáculo incontornável ao surgimento de um movimento de protesto;

Por fim, a estigmatização a que estão sujeitas em público tornaria quase impensável qualquer expressão política que, em qualquer caso, seria considerada ilegítima.

Nenhum destes argumentos é irrelevante e, de facto, foram sustentados por uma sólida tradição de pesquisa que, influenciada da pesquisa pioneira Desempregados de Marienthal (Lazarsfeld et al., 1981), realizada por Marie Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel em 1931, permitiu explorar as relações entre os fenómenos do desemprego e pobreza. Colocando em evidência os efeitos motivacionais e psicológicos do desemprego, assim como as forças atomização social e políticas, esta abordagem encontrou no conceito de exclusão uma ferramenta conceptual com poder explicativo para muitos dos problemas associados ao desemprego – estaria em causa a mais básica das relações sociais, a de pertencer ou não à própria sociedade. Nesta tradição de pesquisa situam-se contributos como os de Serge Paugam (1996), sobre exclusão, de Dominique Schnaper (1996), sobre a relação entre exclusão e cidadania, de Duncam Gallie e Serge Paugam (2000), sobre o desemprego e os sistemas de proteção social ou os de Didier Demazière sobre a sociologia do desemprego. Em Portugal referências importantes deste programa de pesquisa incluem os trabalhos sobre pobreza desenvolvidos por Alfredo Bruto da Costa (1998), Luís Capucha (1998), Pedro Hespanha (2007) e, mais recentemente, abordagens ao tema do desemprego de longa

duração como os de Pedro Araújo (2008), Ana Paula Marques (2009) e Jorge Caleiras (2011).

A partir da década de 90, surgiu um conjunto de estudos de cariz histórico que revelou a existência de experiências de ação coletiva de pessoas desempregadas ao longo dos últimos dois séculos, em contextos nacionais distintos e com intensidade variável (Chabanet e Faniel, 2012). Na Europa, face à subida dos níveis de desemprego – uma tendência que se vem acentuando neste continente nas últimas três décadas –, as pessoas desempregadas mobilizaram-se e organizaram-se, mesmo que de forma esporádica e até marginal, em níveis que foram do local ao nacional (Chabanet e Faniel, 2012), e em esforços de coordenação que, condicionados por dinâmicas políticas multi-nível, chegaram a ter uma escala Europeia (Giugni; 2010; Chabanet, 2010).

A abordagem das políticas conflituais

Um dos avanços mais significativos neste campo temático resultou da adoção da abordagem das políticas conflituais do desemprego na análise da ação de pessoas desempregadas. As evoluções ao nível das políticas de emprego vieram dar um novo enquadramento institucional, com o qual todos os atores envolvidos (ativamente ou não) tiveram de se confrontar. No entanto, as abordagens tradicionais ao tema do desemprego, ao centrarem-se no estudo das condições sócio económicas que afetam o mercado de trabalho e nas políticas adotadas pelos governos nacionais para combater o desemprego, não abarcam a dimensão conflitual associada a essas mudanças (Giugni, 2010). Agregando contributos de duas tradições teóricas que habitualmente caminham separadas - a literatura sobre movimentos sociais e a literatura sobre a política económica comparada do Estado Social –, esta perspetiva contribuiu para que se verificassem avanços importantes na análise da mobilização de pessoas desempregadas. De seguida serão clarificados os conceitos e as teorias subjacentes à abordagem das políticas conflituais.

Em 1996, McAdam et al. (2009 [1996]: 11) clarificam que o “confronto [ou conflito]³ político tem início quando as pessoas fazem reivindicações, de forma coletiva, a outras pessoas cujos os interesses seriam afetados se elas fossem atendidas”. Quase uma década mais tarde, realizando um esforço de sistematização teórica da abordagem das políticas conflituais, Tilly e Tarrow (2007) apresentam um conjunto de ferramentas para descrever e explicar o conflito político, centrando-se na convergência entre três dimensões essenciais da vida social – política, ação coletiva e conflito. Essa área de sobreposição, argumentam os autores, tem propriedades distintas e potencialmente turbulentas. Quando essas dimensões da vida social se juntam verifica-se algo distinto: entram em jogo poder, interesses partilhados e política governamental.

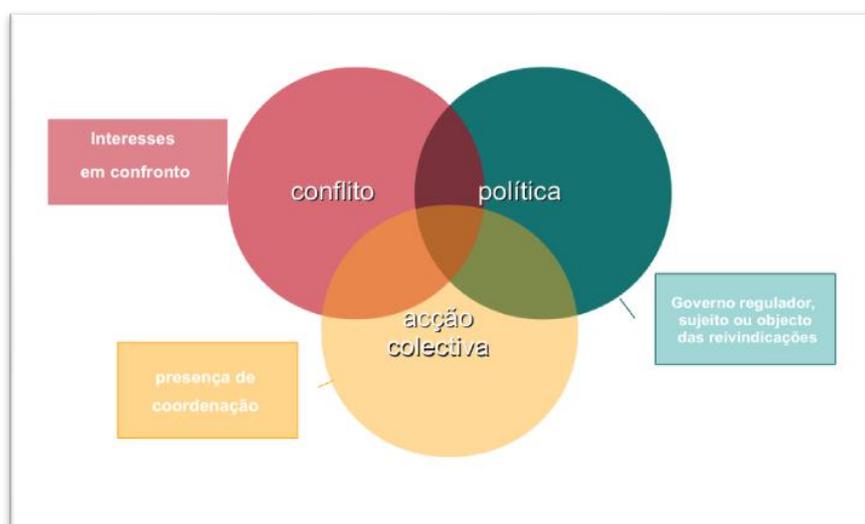


Figura 1: Componentes das políticas conflituais (Tilly e Tarrow, 2007)

As reivindicações tornam-se coletivas, significando que dependem de algum tipo de coordenação entre quem as faz, e tornam-se políticas quando se presume a presença de governos como gestores, garantes ou reguladores da elaboração de reivindicações ou, mais frequentemente, sujeitos ou objetos dessas reivindicações. Entramos do campo da política quando interagimos com agentes de governos – diretamente, ou através do envolvimento em atividades relacionadas com direitos, regulamentações ou interesses governamentais. Isto não significa, no entanto, que os governos tenham que figurar como os produtores ou recetores das reivindicações conflituais. Fala-se de conflito, porque as reivindicações colocam em causa os interesses de outras

³ O termo *contentious* significa em português “contencioso, brigão, litigioso”. Apesar de uma tradução possível ser “confronto”, será adotado o termo conflito, numa referência à complexidade atribuída ao conceito nas teorias sociais.

pessoas/grupos. Envolve sempre sujeitos e objetos das reivindicações, e as próprias reivindicações. Na sua forma mais simples, uma parte (sujeito) faz reivindicações sobre a outra parte (objeto).⁴ As reivindicações envolvem que pelo menos um sujeito ganhe visibilidade relativamente a pelo menos um objeto. Podem ir de tímidos pedidos, exigências estridentes e até ataques diretos, desde que, se realizadas, de alguma forma afetem o bem-estar e os interesses do objeto das reivindicações. No modelo de análise aqui proposto, argumenta-se que o conflito pode estar associado a uma disputa sobre recursos ou, muito simplesmente, a uma luta pelo reconhecimento⁵.

A intensificação do conflito político em torno do desemprego

Em 1945, no período pós-guerra, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), é assumido o compromisso com o pleno emprego (artos 55º e 56º da Carta das Nações Unidas) e o desemprego passa a ser encarado como um desperdício de recursos, uma quebra no rendimento nacional, restringindo assim a melhoria dos padrões de vida. O modelo do pleno emprego, não obstante as variações nacionais, estava assente em três pilares fundamentais (Mitchell e Muysken, 2008):

o económico, definido com base num claro compromisso com o objetivo de pleno emprego, em torno do qual foi estruturada a política macroeconómica.

o redistributivo, representando um reforço do pilar anterior, desenhado para aperfeiçoar os resultados do mercado e segundo preocupações de equidade social.

e o coletivo que, correspondendo ao enquadramento filosófico para o modelo do pleno emprego, substituiu a dicotomia anterior entre “pobres dignos e pobres indignos” por uma ideia de cidadania que abraça a noção de que a sociedade tem uma responsabilidade coletiva no que diz respeito ao bem-estar comum.

Enquanto no período pós-Segunda Guerra, a integração social era assegurada pelo desenvolvimento económico e pela difusão do assalariamento garantido por políticas macroeconómicas assentes no pleno emprego, no final da década de 70, com o prolongamento da crise económica, todo o modelo de cidadania do pós-guerra foi

⁵ As “partes” são muitas vezes pessoas, mas podem também ser grupos ou instituições. Sobre as políticas de reconhecimento: Estanque (1999); Fraser (2002).

sendo assombrado pela convicção de que o desemprego não desapareceria com a retoma. É também nesta altura que o conceito de taxa de desemprego não geradora de pressões inflacionárias - habitualmente designada como taxa de desemprego não inflacionária ou NAIRU e encarada como indicador das evoluções estruturais do desemprego -, vai ganhando popularidade, na convicção de que o desemprego constitui um elemento de equilíbrio do sistema económico e que a taxa de desemprego deve flutuar em torno de um ponto de equilíbrio dos fatores de mercado (Mitchell e Muysken, 2008).

Por outro lado, as evoluções recentes na dimensão redistributiva contribuíram para o esvaziamento do consenso de uma ideia de cidadania baseada na noção de que a sociedade tem uma responsabilidade coletiva no que diz respeito ao bem-estar comum. Os mecanismos redistributivos deixaram de estar orientados para “aperfeiçoar” os resultados na forma de apoios sociais e regulação dos salários, para serem substituídos por mecanismos de estímulo do mercado, com base em relações contratuais compulsórias nas quais o apoio social depende que critérios comportamentais (Mitchell e Muysken, 2008). Foi-se intensificado a tendência para a regulação do trabalho através do controlo político e económico das populações mais pobres (Piven e Cloward, 1972), recuperando a visão política da Inglaterra do século XIX que se baseava na distinção entre “pobres merecedores” e “pobres não merecedores” e assentava em mecanismos desenhados para estimular uma obrigação moral de trabalhar (Scott, 1994). Em Portugal, são introduzidas em 1985 as políticas de ativação, através dos Programas Ocupacionais (POC's) para desempregados, como forma de evitar a tendência para a desmotivação e marginalização. Priorizadas ao nível da União Europeia e encaradas pelos governos como um convite à diminuição de gastos e do grau de dependência de quem recebe subsídio de desemprego, assim como um estímulo à empregabilidade, as estas políticas foram ganhando cada vez mais importância. Tratam-se de evoluções que assinalaram uma mudança de perspetiva política com implicações profundas ao nível do contrato social: acentuando-se o seu carácter punitivo e disciplinador, mais do que a emancipação pelo trabalho, é a compulsão ao trabalho que é promovida (Hespanha e Matos, 2000). Assiste-se à consolidação do *workfare* (Pedroso, 2008, 64), que facilmente conjuga liberalismo quanto às funções do Estado e conservadorismo quanto aos valores sociais e explora a divisão social e moral entre contribuintes e beneficiários. Como lembram Piven e Cloward (1979), o slogan adotado pelos líderes republicanos *workfare not welfare* surge simultaneamente como um ataque ao modelo dos “Estados de Bem-Estar” e uma tática na mobilização contra a população pobre negra durante a década de 60, indicando a marca ideológica destas mudanças.

As mudanças sociais são igualmente profundas. A sociedade salarial (Castel, 1995) - a sociedade do (quase) pleno emprego, na qual o trabalho constitui um meio privilegiado para a integração social e está assente numa codificação das relações de trabalho resultante de séculos de avanços civilizacionais – está hoje em perigo. Verifica-se um processo de desfiliação, em que a sociedade de indivíduos representa não tanto a afirmação individual, antes a destruição das pertenças coletivas. Este processo de desfiliação coloca desafios importantes aos sindicatos (Estanque e Costa, 2011) e terá impactos importantes se considerarmos dinâmicas de atomização associadas ao desemprego (Baglioni et al., 2008; Chabanet e Faniel, 2012; Fernandes, 2011; 2012). O programa de austeridade e de flexibilização das relações laborais que tem sido aplicado ao longo dos últimos anos, ao criar mais dificuldades e cada vez menos alternativas para as pessoas desempregadas, coloca desafios adicionais em termos de ação coletiva.

O problema da ação coletiva

O conflito político depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para ação coletiva (McAdam et al., 2009) implicando, nesse sentido, a coordenação de esforços em nome de/da parte de interesses ou programas (Tilly e Tarrow, 2007). Trata-se de um campo teórico no qual se têm verificado grandes dificuldades em conceptualizar a agência de grandes coletividades (Scott, 1995). Este não é um problema teórico novo e pode ser resumido, de forma simplificada, como o “dilema do *free-rider*” (Mancur Olson (2002 [1965]): a ação coletiva só é possível em pequenos grupos porque, estando em causa as reivindicações relativas a bens comuns, a maioria das pessoas não investe na ação coletiva pois poderia usufruir desses bens comuns sem ter de arcar com os custos associados ao seu envolvimento coletivo. Na linha do que sustentam McCarthy e Zald (1987), este argumento é pertinente no contexto do estudo de movimentos sociais, na medida em que: a avaliação dos custos e das recompensas é afetada pela estrutura da sociedade e a ação das autoridades; e o modelo da oferta e da procura é, na prática, também aplicado no contexto dos movimentos sociais. Mas esse dilema resulta num paradoxo: há o risco do *free-rider* não beneficiar dos bens comuns reivindicados, por falta de mobilização em defesa destes.

Sobre este tema, têm sido apontados dois tipos de cenários alternativos (Baumgarten e Lahusen, 2012): Um primeiro, em que a existência prévia de um grupo

de ativistas disponível para fazer contribuições mais arriscadas e exigentes, para além do limite da massa crítica (Oliver et al. apud Baumgarten e Lahusen, 2012). Isso influenciaria as estruturas de preferência e os cálculos de custo-benefício e contribuiria para estabelecer um processo de auto-alimentação de um protesto político em curso; Um segundo, que passaria pela adoção de medidas organizativas que, na lógica de Olson, incluiria a seleção de incentivos e criação de mecanismos de redução de custos associados à participação na ação coletiva. Dentro desta linha, a teoria da mobilização de recursos será a proposta mais consistente.

A análise de evidência empírica (Baglioni et al., 2008; Chabanet e Faniel, 2012) indica que altos níveis de mobilização correspondem a fases de altos níveis de desemprego, embora essa relação não seja nem direta, nem automática. Mais do que o nível de desemprego em si é a sua tendência de crescimento que constitui um terreno fértil para a mobilização e a organização de pessoas desempregadas. Estes autores tecem um conjunto de considerações que, retomando os argumentos inicialmente apresentados (no sentido da improbabilidade da mobilização de pessoas desempregadas), serão analisadas tendo em conta duas dimensões do problema: uma de natureza instrumental/material; outra de natureza normativa/cultural.

Dimensão instrumental/material. É inegável que, quando falamos de desemprego, estão envolvidas de mais questões de natureza material e económica. O desemprego constitui uma situação de exclusão - parcial ou total, temporária ou permanente - do mercado de trabalho (Giugni e Statham, 2002) e está por isso associado a algum tipo de privação material (Baglioni et al., 2008). O estudo exploratório realizado anteriormente em contexto português (Fernandes, 2011) indicou que, não obstante a diversidade de perfis, a dimensão económica constitui um elemento comum, definidor da experiência de desemprego, associado à ideia privação no acesso a recursos fundamentais – desde a garantia das necessidades mais básicas, como alimentação e habitação até ao acesso à educação, à cultura e ao lazer, passando pelas dificuldades de mobilidade territorial e até de sociabilidade. No entanto, como foi referido, altas de desemprego não significam necessariamente altos níveis de protesto, estando dependentes de outros fatores organizacionais, políticos e, até cognitivos (Chabanet e Faniel, 2012). O que seria, em tese, uma motivação suficiente para revolta pessoal

pode acabar por acentuar o poder das forças de atomização, acentuando a passividade, ou fomentando o individualismo: na necessidade de fazer face aos problemas do dia a dia, especialmente em contexto de degradação dos mecanismos públicos de proteção social e na falta de redes informais, a tendência será para o investimento em estratégias de sobrevivência, individuais, e não tanto coletivas.

Dimensão cultural/normativa. O facto de o desemprego em massa permitir um maior reconhecimento público do problema poderá, não obstante a vulnerabilidade associada ao desemprego, constituir um elemento potenciadores da ação coletiva (Baglioni et al., 2008; Chabanet e Faniel, 2012). Este facto contribuiria para ultrapassar um outro tipo de obstáculo à ação coletiva, relacionado a estigmatização a que estariam sujeitas em público as pessoas desempregadas. A este propósito Chabanet e Faniel (2012) assinalam dois elementos sem os quais a mobilização de pessoas desempregadas tende a ser encarada como ilegítima: 1º a necessidade do desemprego ser tratado como um problema estrutural que requer reformas económicas globais, e não como um problema individual de quem está em situação de desemprego; 2º deve ser compreendido como uma situação involuntária de sofrimento, sendo mais provável a mobilização em países cujo regime de proteção social lhes é mais favorável. Uma explicação avançada por Chabanet e Faniel (2012) prende-se com o facto de nesses países, reconhecendo-se que qualquer pessoa pode, mais tarde ou mais cedo, encontrar-se numa situação precária ou de exclusão, os laços sociais serem baseados em princípios de coesão social, de segurança e justiça social e de defesa do direito ao trabalho. Desta forma, a visão dominante do Estado de Bem-Estar num determinado país influencia a discussão pública e as mobilizações coletivas relacionadas com o desemprego (*apud* Chabanet e Faniel, 2012). Este facto lembra a atualidade da crítica, apresentada por E.P. Thompson (2008), a uma determinada visão espasmódica da história popular que estabelece uma correlação direta entre fome e motins de subsistência, sem reconhecer a importância do nível de legitimidade atribuído às práticas do mercado. Como salientam McAdam et al. (2009, 32), o dilema do *free-rider* pode assim não ser tão problemático já que:

A maior parte dos movimentos não surge porque os outsiders são induzidos a se juntar à luta; ao invés, eles são agregados a partir da solidariedade e dos compromissos ontológicos das estruturas primárias de mobilização do movimento que

estão, por sua vez, ligadas às comunidades de identidade comunicadas por meio de redes sociais.

Isso não significa que a dimensão instrumental não seja importante para compreender a relação entre desemprego e ação coletiva porque as solidariedades pressupõem compromissos éticos, de base normativa, mas sem qualquer eficácia se não tiverem impacto nas relações sociais do dia a dia, de quem se envolve na ação colectiva. A análise histórica realizada por Piven e Cloward (1979) a vários movimentos de protesto que irromperam nos Estados Unidos nos períodos da Grande Depressão e do pós II Guerra Mundial - incluindo o movimento social que teve esteve na origem da *Workers Alliance of America* - permite também ajudar a compreender as dinâmicas associadas a estas relação. Segundo esta análise, em circunstâncias excepcionais, as pessoas mais pobres aproveitam as oportunidades definidas pela estrutura social para defender os seus próprios interesses. Não podendo ser resumida a uma questão de livre escolha, implica desde logo uma mudança ao nível da consciência potenciada por: a perda de legitimidade dos arranjos e regras institucionais que passam a ser encarados por injustos; o questionamento da inevitabilidade desses arranjos e a simultânea afirmação e reclamação de diareitos e mudanças; o desenvolvimento de um novo sentido de eficácia, em que pessoas habitualmente sentindo-se impotentes começam a acreditar que têm alguma capacidade de alterar o seu destino. Estas transformações ao nível da consciência contribuem para o desbloqueio de participação coletiva de pessoas desempregadas e para a sua constituição como força de protesto, pressionando a construção de alternativas.

Bibliografia

Araújo, Pedro (2008), *A tirania do presente: do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*. Coimbra: Quarteto.

Baglioni, Simone; Britta Baumgarten; Didier Chabanet; Christian Lahusen (2008), "Transcending Marginalization: The Mobilization of the Unemployed in France, Germany, and Italy in a Comparative Perspective." *Mobilization: The International Quaterly*, 13 (3), 323–335.

Baumgarten, Britta; Christian Lahusen (2012), "The Mobilization of the Unemployed in Germany (1998-2004)", in Didier Chabanet e Jean Faniel (Ed.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe: From Acquiescence to Protest?* New York: Palgrave Macmillan, 57–88.

Capucha, Luís (1998), *Grupos desfavorecidos face ao emprego: tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*. Lisboa: OEFP.

Caleiras, Jorge (2011), *Para Além dos Números. As Consequências Pessoais do Desemprego. Trajectórias de Empobrecimento, Experiências e Políticas* (Tese de doutoramento em Sociologia, na especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Consultado a 27.06.2013, em <http://hdl.handle.net/10316/16439>

Castel, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question social: Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

Chabanet, Didier (2010), "When the Unemployment Challenge the European Union: The European Marches as a Mode of Externalization of Protest", in Marco Giugni (Ed.), *The Contentious Politics of Unemployment in Europe. Welfare States and Political Opportunities*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 227-243.

Chabanet, Didier; Jean Faniel (2012), "Introduction: The Mobilization of the Unemployed in a Comparative Perspective", in Didier Chabanet e Jean Faniel (Ed.), *The Mobilization of the Unemployed in Europe: From Acquiescence to Protest?* New York: Palgrave Macmillan, 1–27.

Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Demazière, Didier (1995), *Le Sociologie De Chômage*. Paris: La Découverte.

Estanque, Elísio (1999), "Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 85–11.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes (Eds.) (2011), *O Sindicalismo Português e a Nova Questão Social: crise ou renovação?* Coimbra: Edições Almedina.

Fernandes, Lídia (2011), *Desemprego e acção colectiva: um estudo exploratório* (Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia – Ramo Investigação). Lisboa: ISCTE-IUL. Consultado a 26.06.2013, em <http://hdl.handle.net/10071/5264>.

Fernandes, Lídia (2012), "Desemprego e acção colectiva: um estudo exploratório", comunicação apresentada ao VII Congresso de Sociologia: *Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia. Consultado a 26.06.2013, em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0592_ed.pdf.

Fraser, Nancy (2002), "A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e distribuição", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Outubro de 2002, nº 63, 7-20.

Gallie, Duncan; Serge Paugam (2000), "The Experience of Unemployment in Europe: The Debate.", in Duncan Gallie e Serge Paugam (Eds.), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1–12.

Giugni, Marco (2010), "The Contentious Politics of Unemployment in Europe: An Introduction.", in Mario Giugni (Ed.), *The Contentious Politics of Unemployment: Welfare States and Political Opportunities*, 1–16. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Giugni, Marco; Statham, Paul (2002), *The Contentious Politics of Unemployment in Europe: Political Claim-making, Policy Deliberation and Exclusion from the Labor Market. A Research Outline* (EurPolCom No. 2/02). Centre for European Political Communications. Consultado a 26.06.2013, em <http://www.eurpolcom.eu/exhibits/paper2.pdf>.

Hespanha, Pedro (Coord.) (2007), *É o desemprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social no Distrito de Coimbra*. Cadernos REAPN, Coimbra, Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal – Núcleo de Coimbra.

Hespanha, Pedro; Ana Raquel Matos (2000), "Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego", *Sociologias* (on-line), Porto Alegre, 2 (4), 88-109. Consultado a 23.11.2013, em <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5710>.

Lazarsfeld, Paul; Marie Jahoda; Hans Zeisel (1981), *Les Chômeurs de Marienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit.

McAdam, Doug; Sidney Tarrow; Charles Tilly (2009 [1996]), "Para mapear o confronto político", *Lua Nova* (online), 76, 11–48. Consultado a 26.06.2013, em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>.

McCarthy; John D.; Mayer N. Zald (1996), "Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory, in Steven Buechler and F. Kurt Cylke (Eds.), *Social movements: Perspectives and issues*. California: Mayfield Publishing Company.

Marques, Ana Paula (2009), *Trajectórias Quebradas: A vivência do desemprego de longa duração*. Porto: Profedições.

Mitchell, William e Joan Muysken (2008), *Full Employment Abandoned: Shifting Sands and Policy Failures*. Cheltenham: Edward Elgar.

Olson, Mancur (2002 [1965]), *The Logic of the Collective Action: Public Goods and the Theory of the Groups*. Cambridge: The Harvard University Press. Consultado a 25.05.2013, em <http://books.google.es/books?id=jv8wTazmsQC&printsec=copyright&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>.

Paugam, Serge (Ed.) (1996), *L'exclusion: l'état de savoirs*. Paris: Éditions la Découverte.

Pedroso, Paulo (2008), *Modelos do Ativação dos Desempregados: Os Desafios Estruturais e as Condicionantes Conjunturais*. Lisboa: GEP/MTSS.

Piven, Frances Fox; Richard A. Cloward (1972), *Regulating the Poor: The Functions of Public Relief*. London: Tavistock publications.

Piven, Frances Fox; Richard A. Cloward (1979), *Poor people's movements: why they succeed, how they fail*. New York: Vintage Books.

Schnapper, Dominique (1996), "Intégration et exclusion dans les sociétés modernes", in Serge Paugam (Org), *L'exclusion: l'état de savoirs*. Paris : Éditions la Découverte, 23-31.

Scott, John (1994), *Poverty and Wealth: Citizenship, deprivation and privilege*. New York: Longman.

Scott, John (1995), "Conflict and collective agency", in John Scott (Ed.), *Sociological Theory. Contemporary Debates*. Cheltenham: Edward Elgar, 118-137.

Thompson, Edward Palmer (2008), *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Lisboa: Antígona.

Tilly, Charles; Sidney Tarrow (2007), *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers.